

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- INSOLVÊNCIA -

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 24 de junho de 2014

Plano de Recuperação - Princípio da Igualdade dos Credores - Créditos da Fazenda Nacional

O normativo do artº 194º do CIRE consagra de forma mitigada a igualdade dos credores da empresa em estado de insolvência do ponto em que, implicitamente, ressalva exceções assentes em "*diferenciações justificadas por razões objetivas*". O princípio da igualdade não implica um tratamento absolutamente igual, antes impõe que situações diferentes sejam tratadas de modo diferente. O plano deve tratar de forma igual o que é igual e desigualmente o que é desigual, o que supõe uma comparação de situações a realizar a partir de determinado ponto de vista. A justificação para o tratamento desigual não pode ser arbitrária, antes tem de se poder considerar razoável e relevante: perante o espaço de conformação do plano, o tribunal deve limitar-se a analisar se a regulação desigual da situação dos credores é manifestamente desadequada, por inexistência de fundamento razoável e relevante. Pela nova redação dada ao n.º 3 do art. 30º da LGT que *blindou* os créditos fiscais, já não é possível, contra a vontade do Estado, reduzir ou extinguir créditos tributários e/ou conceder moratória, pois foi vontade do legislador afastar, de forma expressa, qualquer interpretação no sentido de que o regime especial do CIRE derroga o regime geral da LGT.

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 25 de junho de 2014

Processo Penal - Poderes de Representação - Administrador da Insolvência

Por força do disposto no artigo 81.º, n.º 4, do CIRE, os poderes de representação do administrador da insolvência circunscrevem-se aos efeitos de carácter patrimonial que interessam à insolvência. Daí que, nas demais vertentes, designadamente as relacionadas com a responsabilidade criminal da sociedade, a representação desta continue a



pertencer aos seus gerentes (tratando-se de sociedade anónima, aos seus administradores).

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 1 de julho de 2014

Aval - Obrigação Avalista – Insolvência

A obrigação derivada da prestação de aval é autónoma da do avalizado pois o avalista, ao prestar o seu aval, obriga-se ao pagamento da quantia inscrita no título de crédito e não ao cumprimento da obrigação constituída pelo avalizado, sendo assim a sua obrigação perante a obrigação cartular e não perante a relação subjacente, *não sendo idênticas as responsabilidades assumidas pelos avalistas decorrentes dos respetivos títulos com todas as demais que foram negociadas no negócio jurídico subjacente, e no qual o avalista não interveio*. Sendo o plano de insolvência constituído por um conjunto de medidas que só visa a sociedade insolvente, regulando os termos e condições em que os débitos dele constantes irão ser pagos e não sendo as obrigações dos devedores do insolvente ou dos terceiros garantes, afetadas por aquele plano – art.º 217º, n.º 4, do CIRE – o facto do credor não poder exigir à insolvente o pagamento do seu crédito, para além dos termos aí acordados, não é impeditivo de poder exigir a totalidade do crédito nos termos em que o podia fazer anteriormente a esse plano aos avalistas da insolvente. Aplicando-se o plano de insolvência somente à sociedade insolvente que está impossibilitada de cumprir as suas obrigações nada impede que o credor acione os avalistas com vista

ao cumprimento da obrigação que assumiram em consequência do aval prestado.

- LABORAL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 18 de junho de 2014

Extinção do Posto de Trabalho - Despedimento Ilícito - Prestações Intercalares

A extinção do posto de trabalho determina o despedimento justificado por motivos económicos, tanto de mercado como estruturais ou tecnológicos relativos à empresa. A licitude do despedimento com tal fundamento demanda todavia a verificação cumulativa dos requisitos plasmados no art. 403.º, n.º 1, ex vi do art. 432.º, alínea a), ambos do Código do Trabalho/2003. A impossibilidade prática da subsistência da relação de trabalho assenta na demonstração de factualidade que revele que, uma vez extinto o posto de trabalho, inexistia outro compatível com a categoria do trabalhador, competindo a prova dessa circunstância ao empregador. Assim não (será) quando, extinto o posto de trabalho em que o trabalhador despedido se ocupava, é, de seguida, contratado outro trabalhador a quem são cometidas várias das funções nucleares antes desempenhadas por aquele, com a concomitante desistência das demais tarefas do múnus do primeiro por outros trabalhadores da R. Dispondo o empregador de todos os elementos necessários à liquidação das retribuições 'intercalares ou de tramitação', a que alude o n.º 1 do art. 437.º do Código do Trabalho/2003, são devidos juros de mora desde o vencimento das componentes retributivas que integram a respetiva compensação.

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 19 de junho de 2014

Cessação do Contrato de Trabalho - Caducidade - Indemnização

Com a cessação do contrato de trabalho, ainda que a mesma venha a ser declarada nula ou ilícita, desaparece o vínculo de subordinação do trabalhador, que adquire plena autonomia podendo sem qualquer pressão dispor livremente dos seus direitos de natureza pecuniária, face ao que é de afastar a aplicação, ao caso, do artº 74º do CPT. Extinguindo-se o contrato de trabalho por caducidade, sendo que só poderia ser objeto de renovação extraordinária a que se refere a Lei nº 3/2012, de 10/01, não tem esse trabalhador direito a qualquer indemnização, como resulta do disposto no nº 2 do artº 344º do CT.



UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 11/2014, de 1 de julho de 2014

«É inconstitucional, por violação do art. 30º, nº 3, da Constituição, a norma do art. 8º, nº 7, do Regime Geral das Infrações Tributárias, na parte em que se refere à responsabilidade solidária dos gerentes e administradores de uma sociedade que hajam colaborado dolosamente na prática de infração pelas multas aplicadas à sociedade».

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 12/2014, de 8 de julho de 2014

No caso de morte do condutor de veículo em acidente de viação causado por culpa exclusiva do mesmo, as pessoas referidas no n.º 2 do artigo 496.º do Código Civil não têm direito, no âmbito do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, a qualquer compensação por danos não patrimoniais decorrentes daquela morte.

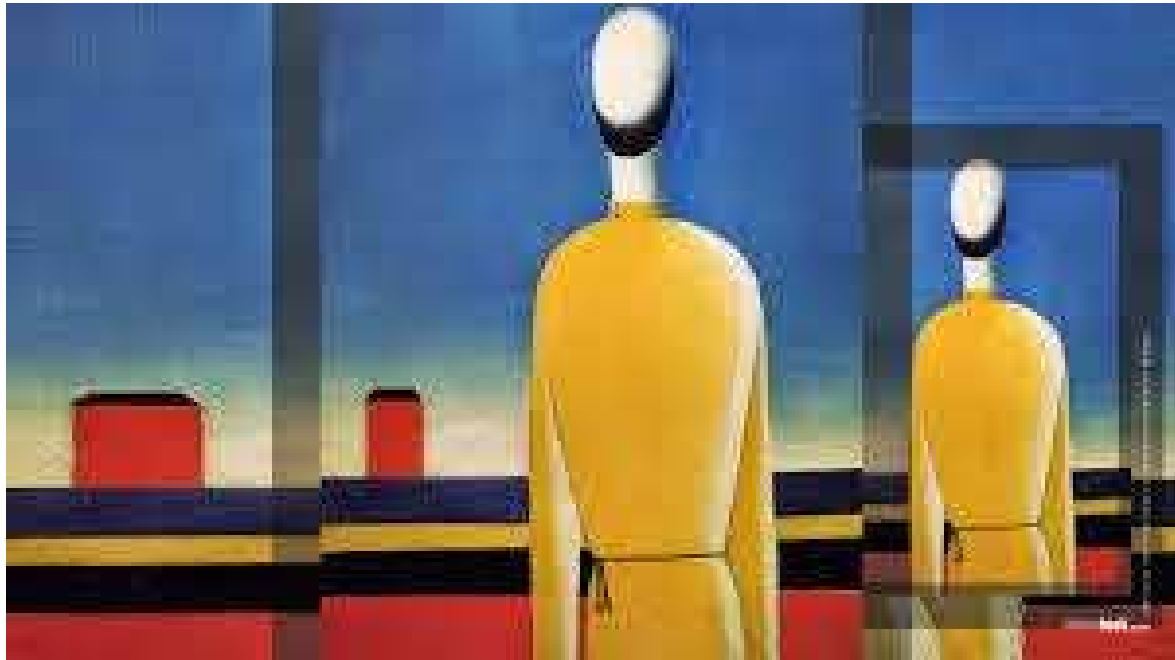
PRINCIPAIS AUTORIZAÇÕES LEGISLATIVAS

- ADMINISTRATIVO -

Lei n.º 42/2014, de 11 de julho de 2014

Autoriza o Governo a aprovar o novo Código do Procedimento Administrativo.

No âmbito desta autorização legislativa, o Governo poderá, designadamente, alargar âmbito subjectivo de aplicação do Código de procedimento administrativo, estatuidando que os princípios gerais da atividade administrativa e as disposições do novo Código que concretizam preceitos constitucionais são aplicáveis a toda e



qualquer atuação da Administração Pública, ainda que meramente técnica ou de gestão privada, e ainda a aplicação da parte do novo Código relativa aos órgãos da Administração Pública ao funcionamento dos órgãos da Administração Pública; e, ainda, que as disposições do novo Código respeitantes aos princípios gerais, ao procedimento e à atividade administrativa sejam a

placáveis à conduta de quaisquer entidades, independentemente da sua natureza, adotada no exercício de poderes públicos ou regulada de modo específico por disposições de direito administrativo; e instituindo que, para efeitos do novo Código do Procedimento Administrativo, integram a Administração Pública os órgãos do Estado e das regiões autónomas que exerçam funções administrativas a título principal, as autarquias locais e suas associações e federações de direito público, as entidades administrativas independentes, os institutos públicos e as associações públicas; determinar que as disposições do novo Código do Procedimento Administrativo, designadamente as garantias nele reconhecidas aos particulares, aplicam -se subsidiariamente aos procedimentos administrativos especiais.

Por outro lado, o Governo poderá conceder maior densidade aos princípios da igualdade, da imparcialidade, da justiça e da proporcionalidade, neste último caso, de modo a que a Administração Pública adote, na prossecução do interesse público,

os comportamentos adequados aos fins prosseguidos.

Do ponto de vista procedimental, a autorização abrange matérias como a legitimidade processual, o regime dos impedimentos, o direito à informação, a instrução do procedimento, as medidas provisórias do procedimento administrativo, o ato administrativo, as reclamações e recursos hierárquicos, entre outras.

A autorização legislativa em apreço tem a duração de 180 dias.

- FISCAL -

Lei n.º 44/2014, de 11 de julho de 2014

Autoriza o Governo a aprovar um novo Código Fiscal do Investimento, revogando o Decreto -Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro, e adaptando os regimes de benefícios fiscais ao investimento e à capitalização das empresas às novas regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de Estado para o período 2014 -2020, tendo em vista a promoção da competitividade da economia portuguesa e a manutenção de um contexto fiscal favorável ao investimento, à criação de emprego e ao reforço dos capitais próprios das empresa, bem como a alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho.

A autorização concedida pela presente lei tem a duração de 180 dias.